

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**Comitê Gestor**

**Fundo Nacional sobre Mudança do Clima**

**PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO DE  
RECURSOS – PAAR 2013**

**Brasília, junho de 2013**

## **COMITÊ GESTOR DO FUNDO CLIMA**

### **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Francisco Gaetani  
Carlos Augusto Klink

#### **CASA CIVIL PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Felipe Taufik Daud  
Érico Leonardo Ribas Feltrin

#### **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

Sérgio Eduardo Weguelin Vieira  
Marcio Macedo da Costa

#### **MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Aloísio Lopes Pereira de Melo  
João Luiz Tedeschi

#### **COMUNIDADE CIENTÍFICA**

Jailson Bittencourt de Andrade  
José Antonio Marengo

#### **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

Antonio Divino Moura  
Renato de Oliveira Brito

#### **FORUM BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Luiz Pinguelli Rosa  
Neilton Fidelis da Silva

#### **MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

Marco Antonio Pereira de Oliveira Silva  
Sergio Luiz Siebra Moreira

#### **ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**

Rubens Harry Born  
Guilherme Zaniolo Karam

#### **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**

Alexandre Comin  
Beatriz Martins Carneiro

#### **ENTIDADE EMPRESARIAL DO SETOR INDUSTRIAL**

Paula Pinto Bennati  
José Quadrelli Neto

#### **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

Arnoldo Anacleto de Campos  
Carlos Eduardo Portela Sturm

#### **ENTIDADE EMPRESARIAL DO SETOR RURAL**

Luiz Fernando do Amaral  
Fabio Nogueira de Avelar Marques

#### **MINISTÉRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Carlos Afonso Nobre  
Gustavo Luedemann

#### **TRABALHADORES RURAIS, AGRICULTURA FAMILIAR E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Antonio Rovaris  
Elizário Noé Boeira Toledo

#### **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

André Odenbreit Carvalho  
Diogo Ramos Coelho

#### **TRABALHADORES DA ÁREA URBANA**

Jasseir Alves Fernandes  
Fátima Cristina Faria Palmieri

#### **MINISTÉRIO DAS CIDADES**

João Alencar Oliveira Junior  
Plácido Souza Beserra

#### **ESTADOS**

Marcia Valle Real  
Josilene Ticianelli Vannizini Ferrer

#### **MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

Altino Ventura Filho  
Jorge Paglioli Jobim

#### **MUNICÍPIOS**

Pedro Wilson Guimarães  
Valtemir Bruno Goldmeier

## **EQUIPE TÉCNICA FUNDO CLIMA**

Marcos Estevan Del Prette – Gerente

Delio Noel Carvalho – Gestor Público

Eli Alves – Assessor Técnico

Vinícius Proença – Técnico Administrativo

Carmen Tavares Collares Moreira – Analista Ambiental

Fábio Henrique Moraes dos Santos – Analista Ambiental

Juliana Sabino Rodrigues – Analista Ambiental

Luiza Curcio Pizzutti – Analista Ambiental

Roberto César Gonçalves – Agente Administrativo

Nise Maria Silva Pereira – Técnica em Secretariado

# ÍNDICE

## APRESENTAÇÃO

### 1. RECURSOS ORÇADOS

### 2. ORÇAMENTO 2012 - CARTEIRA DE PROJETOS

#### 2.1. Recursos Aplicados em 2012

#### 2.2. Projetos Existentes

#### 2.3. Recursos Orçamentários previstos para 2013

### 3. ÁREAS, TEMAS E REGIÕES PRIORITÁRIAS

#### 3.1. Recursos Não Reembolsáveis

#### 3.2. Recursos Reembolsáveis

### 4. APLICAÇÃO

#### 4.1. Modalidades de Seleção

#### 4.2. Formas de Execução

### 5. PAGAMENTO AO AGENTE FINANCEIRO

### 6. ANEXOS

**ANEXO 1 - QUADRO RESUMO – PAAR 2013 Não Reembolsável**

**ANEXO 2 - QUADRO RESUMO – PAAR 2013 Reembolsável**

**ANEXO 3 - RESULTADO DA OPERAÇÃO CONJUNTA ENTRE FNDF E FNMC**

## APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Aplicação de Recursos – PAAR do Fundo Clima deve ser elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente e apresentado ao Comitê Gestor do Fundo para aprovação, conforme o Decreto nº 7.343/2010 e a Lei nº 12.114/2009, instrumentos jurídicos que regulam a atuação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

O artigo 5º do Decreto estabelece que o PAAR deve conter: informações básicas sobre o andamento dos projetos em execução, o orçamento destinado e os recursos disponíveis para aplicação, as prioridades gerais e específicas para o ano, o detalhamento das modalidades de seleção, formas de aplicação e limites dos recursos alocados, bem como o limite de despesas para pagamento do agente financeiro.

A proposta contida neste PAAR levou em consideração as propostas dos Grupos de Trabalho para recursos Reembolsáveis e Não Reembolsáveis formados em 2012 para discutir as linhas de financiamento. As linhas sugeridas nos GTs foram aprovadas no âmbito do Comitê Gestor. Entretanto, as novas linhas relativas aos recursos reembolsáveis precisam ser regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, o que deverá ocorrer no segundo semestre do corrente ano.

Além disso, o inciso III, do art. 9º do Decreto acima mencionado prevê, dentre as competências do Comitê Gestor, estabelecer diretrizes, com frequência bienal, e prioridades para aplicação dos recursos, consoante o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº12.187/2009). As diretrizes propostas para o biênio 2013 – 2014 são as seguintes:

- Na área de mitigação, ações relacionadas ao cumprimento dos objetivos estabelecidos nos planos setoriais, a saber: combate ao desmatamento dos biomas brasileiros, geração e distribuição/transporte de energia, agropecuária, produção de carvão vegetal e melhoria dos processos na siderurgia, transporte público urbano e sistemas modais de transportes interestadual de carga e passageiros, indústria de transformação e bens de consumo duráveis, indústrias químicas, fina e de base, indústria de papel e celulose, mineração, indústria da construção civil, serviços de saúde, economia florestal, cidades sustentáveis e gestão de carbono.
- Na área de adaptação, ações estratégicas relacionadas às áreas identificadas como as mais vulneráveis, a saber: elaboração da estratégia nacional de adaptação às mudanças climáticas e aos seus efeitos, práticas adaptativas para desenvolvimento sustentável do semiárido, capacitação e treinamento, monitoramento e avaliação.

Em 2013, há previsão de duas fontes para os recursos não reembolsáveis. No ano de 2012, surgiu a possibilidade de o Fundo Clima receber doação de recursos para execução de projetos. Não foi possível a efetivação em razão da necessidade de previsão legal da fonte DOAÇÕES na Lei Orçamentária Anual. No entanto, apesar de requisito obrigatório, a simples previsão legal não é garantia de disponibilidade de recurso, sendo necessário ainda formalizar a transferência ao Fundo. Por essa razão, uma vez formalizada a doação, este PAAR precisará ser atualizado.

Os itens contidos neste documento consolidam, assim, as diretrizes e as linhas de ação do Fundo Clima para o corrente ano de 2013.

## 1. RECURSOS ORÇADOS

O Projeto de Lei Orçamentária Anual 2013 prevê o orçamento total de R\$ 388.802.000,00 (trezentos e oitenta e oito milhões e oitocentos e dois mil reais) para o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

Deste total, R\$ 28.388.000,00 (vinte e oito milhões e trezentos e oitenta e oito mil reais) destinam-se a aplicações em projetos com recursos não reembolsáveis e R\$414.000,00 (quatrocentos e quatorze mil reais) estão destinados ao Programa de Gestão e Manutenção do Fundo. É importante ressaltar que o orçamento do Fundo Clima em recursos não reembolsáveis para o ano de 2013 possui duas fontes (ver tabela abaixo):

- i. Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural (fonte 142); e
- ii. Doações (fonte 196).

Os valores referentes à fonte doação são apenas uma previsão legal, necessária para que a transferência dos recursos orçados possa ser efetivada por um doador.

No entanto, no correr do primeiro semestre do corrente ano, o Governo Federal realizou um ajuste orçamentário, realizando um corte na previsão inicial da Lei Orçamentária Anual. O Fundo Clima obteve, assim, uma redução orçamentária na fonte 142 de R\$ 3.301.702,00 (três milhões, trezentos e um mil e setecentos e dois reais).

Também foi realizado um ajuste na distribuição na natureza da despesa, que passa 75% para custeio (outras despesas correntes) e 25% para investimento em função dos tipos de projetos demandados.

Está prevista também a transferência de R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais) para o BNDES, para investimentos reembolsáveis.

### ORÇAMENTO 2013 – QUADRO RESUMO

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FINALIDADE	GRUPO NATUREZA DESPESA	VALOR (R\$)
Fomento a Estudos, Projetos e Empreendimentos que visem à Mitigação e à Adaptação à Mudança do Clima	Atender despesas com projetos aprovados pelo Comitê do FNMC (Recursos Não Reembolsáveis)	OUT. DESP. CORRENTES *	14.490.298,00
		INVESTIMENTOS *	2.500.000,00
		OUT. DESP. CORRENTES **	5.396.000,00
		INVESTIMENTOS **	2.700.000,00
SUBTOTAL			25.086.298,00
Administração da Unidade.	Atender despesas de manutenção	OUT. DESP. CORRENTES	364.000,00
		INVESTIMENTOS	50.000,00
SUBTOTAL			414.000,00
Financiamento de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima	Atender despesas com projetos aprovados	INVERSÕES FINANCEIRAS	360.000.000,00
Remuneração de Serviço do Agente Financeiro do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	Atender despesas com pagamento ao Agente Financeiro	OUT. DESP. CORRENTES	3.206.809,00

\* Fonte Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural (142)

\*\* Fonte Doações (196)

## 2. ORÇAMENTO 2012 – CARTEIRA DE PROJETOS

Estão em execução atualmente no Fundo Clima projetos financiados com recursos não reembolsáveis do orçamento de 2011 e do orçamento de 2012. Os projetos de 2011, que ainda estão em execução, já receberam a totalidade dos recursos. O quadro a seguir mostra a situação atual dos projetos não reembolsáveis aprovados nos exercícios de 2011 e 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA  
RESUMO DA SITUAÇÃO DOS PROJETOS 2011 E 2012  
JUNHO 2013

	NÃO INICIADOS	ATRASADOS	NO CRONOGRAMA	CONCLUÍDOS
2011	4,55%	18,18%	68,18%	9,09%
2012	10,00%	0,00%	80,00%	10,00%
TOTAL	6,25%	12,50%	71,88%	9,38%

Ainda não há projetos sendo executados com os recursos reembolsáveis. A parcela referente ao ano de 2011 ficou aplicada e seu rendimento ao longo do ano pode ser observado na tabela abaixo, com valores de 31 de dezembro de 2012.

### ATIVO

#### DISPONIBILIDADES

Intercompany Fundos/BNDES R\$ 217.163.164,67

#### ATIVO TOTAL

R\$ 217.163.164,67

### PASSIVO

#### RECURSOS TRANSFERIDOS DO MMA

Capital Integral Recursos Entid. Gov. R\$ 200.000.000,00

#### LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

##### EXERCÍCIOS ANTERIORES

Lucro/Prej. Fundos Exerc. Ant. R\$ 326.757,80

#### RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ 16.836.406,87

#### PASSIVO TOTAL

R\$ 217.163.164,67

#### RECURSOS TRANSFERIDOS DO MMA EM 2012

R\$ 360.000.000,00

Ao final do exercício 2012, foi assinado um aditivo ao contrato para transferir novos recursos reembolsáveis ao agente financeiro. Dada a mudança de procedimentos estabelecidos pelo Decreto nº 7.793, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre a contratação de serviços de agentes financeiros pelos órgãos e entidades do Poder Executivo, houve a necessidade de

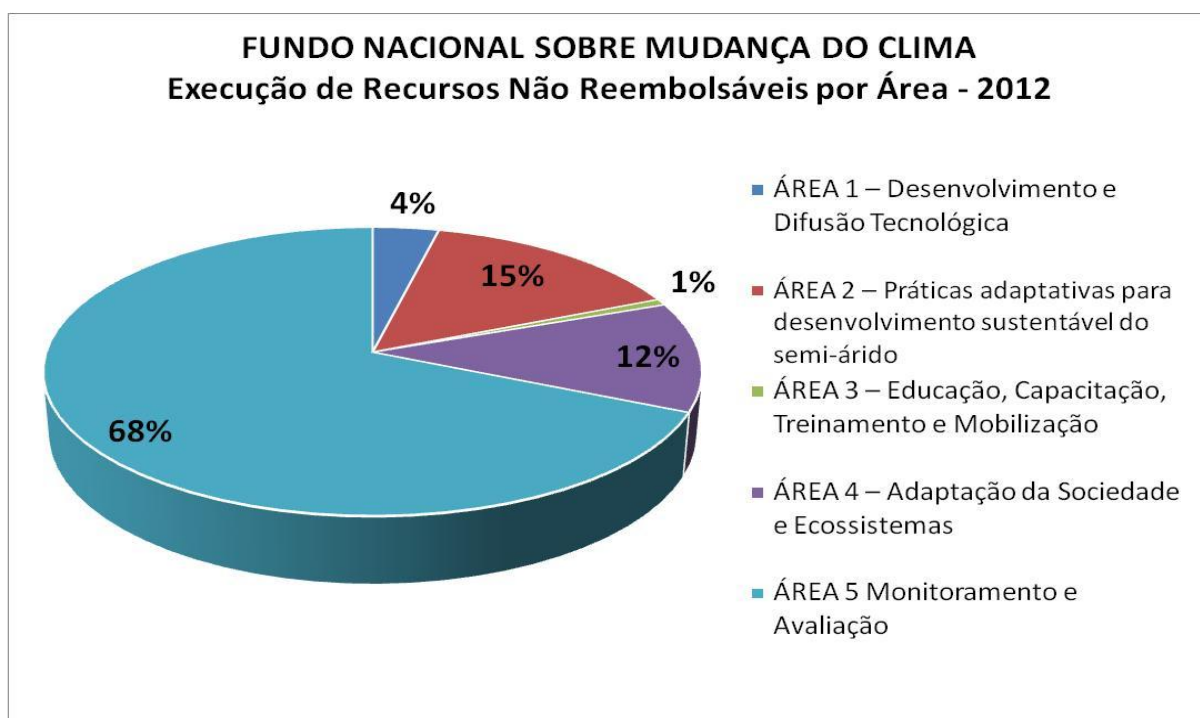
submissão ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A manifestação destes ministérios ocorreu na primeira quinzena de dezembro de 2012, oportunidade em que o termo aditivo ao contrato foi assinado. Posteriormente, a liberação pela Secretaria do Tesouro Nacional ocorreu em 28 de dezembro de 2012 e, por isso, os recursos reembolsáveis foram inscritos em restos a pagar para 2012 e transferidos em 1º de fevereiro de 2013.

Estão especificados, a seguir, os recursos aplicados e os projetos contratados, referentes aos recursos não reembolsáveis.

### **2.1. Recursos Não Reembolsáveis Aplicados em 2012**

O Fundo Clima obteve, em relação aos recursos não reembolsáveis disponíveis em 2012, uma execução orçamentária da ordem de 99,47% (noventa e nove ponto quarenta e sete por cento).

No gráfico a seguir, observa-se a execução dos recursos não reembolsáveis por área de ação em 2012.



Pode-se constatar que a Área 5 – Monitoramento e Avaliação recebeu em 2012 quase 70% dos recursos não reembolsáveis. Isso ocorreu em função de projetos estruturantes para a Política Nacional sobre Mudança do Clima, tais como estabelecimento de um sistema nacional de monitoramento de desastres naturais, incluindo-se um módulo para monitoramento de secas, um sistema de monitoramento de emissões de gases do efeito estufa para florestas e agricultura, bem como a aquisição de imagens de satélite para monitorar o desmatamento.



As Áreas 2 e 4 receberam percentuais proporcionalmente semelhantes dos recursos e as Áreas 1 e 3 em conjunto foram contempladas com 5% dos recursos.

Em relação ao número de projetos, a Área 2 apoiou a maior quantidade, em razão de uma parceria feita com o Serviço Florestal Brasileiro para projetos de recuperação, capacitação e manejo na caatinga (ver Anexo 3). Em operação conjunta entre Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal e Fundo Clima, foram realizadas 6 chamadas públicas, que possibilitaram a contratação de 62 projetos na região da Caatinga por meio de pregão eletrônico.

## 2.2. Projetos existentes

Em 2012, foram repassados recursos diretamente para 15 (quinze) parceiros, dos quais 8 (oito) foram descentralizações de créditos a órgãos do Governo Federal, 6 (seis) foram convênios com Estados, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos e 1 (um) foi celebrado por meio de contrato administrativo. Ressalte-se, entretanto, que a parceria com o Serviço Florestal Brasileiro, como citado anteriormente, proporcionou um ganho de escala ao apoiar 62 (sessenta e dois) projetos na região semiárida.

Os quadros abaixo apresentam os projetos que receberam recursos do orçamento 2012 por modalidade de instrumento de transferência:

a) Por meio de convênio:

PROCESSO	INSTITUIÇÃO EXECUTORA/ PROPONENTE	VALOR REPASSADO EM 2012
02000.001963/2011-17	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico - PI	R\$ 207.500,00
02000.001960/2011-83	Fundação de Desenvolvimento Sustentável do Araripe	R\$ 357.848,00
02000.001972/2011-16	Fundação Centro de Ecologia e Integração Social	R\$ 295.200,00
02000.001966/2011-51	Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado	R\$ 313.068,80
02000.001968/2011-40	Associação de Desenvolvimento de Produtos da Sócio-Biodiversidade - Fitovida	R\$ 282.809,00
02000.002119/2011-11	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe	R\$ 1.063.400,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.519.825,80</b>

Dos convênios listados acima, dois são novos projetos de 2012 e quatro são segundas parcelas de projetos de 2011. Os convênios firmados com a Fundação Centro de Ecologia e Integração Social e com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado estavam em lista de espera das seleções de 2011 e foram contemplados em 2012. Os demais projetos receberam recursos previamente programados para 2012, embora tenham sido contratados em 2011.

b) Por meio de descentralização de crédito:

PROCESSO	INSTITUIÇÃO EXECUTORA/ PROPONENTE	VALOR REPASSADO EM 2012
02000.002565/2012-07	Departamento de Combate à Desertificação - MMA	R\$ 500.000,00
02000.002114/2012-61	Serviço Florestal Brasileiro	R\$ 2.400.000,00
02000.001660/2012-85	Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas	R\$ 199.421,79
02000.002205/2012-05	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	R\$ 1.499.100,00
02000.001915/2011-29	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	R\$ 8.773.550,00
02000.002220/2011-64	Embrapa Meio Ambiente	R\$ 2.000.000,00
02000.001981/2011-07	Universidade Federal de Pernambuco	R\$ 194.029,26
02000.002068/2011-10	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural - MMA	R\$ 9.000.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>24.566.101,05</b>

Foram realizadas 8 (oito) descentralizações de crédito com recursos do orçamento 2012. Dentre elas, os recursos referentes à Universidade Federal de Pernambuco e parte dos recursos destinados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação dizem respeito a projetos selecionados em 2011 e com segundas parcelas aprovadas em 2012. Acresça-se a isso um novo módulo ao projeto do MCTI destinado ao monitoramento de desastres naturais oriundos da seca, orçado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

As demais descentralizações referem-se a linhas de projetos aprovados para 2012. Na modalidade dirigida, foram descentralizados recursos para projetos com o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, a Embrapa Meio Ambiente, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade por se tratarem de órgãos e instituições responsáveis por ações estruturantes da Política Nacional sobre Mudança do Clima, tais como disseminação de conhecimento, monitoramento, cadastro ambiental rural e mapeamento de vulnerabilidades.

Na modalidade livre concorrência, o Serviço Florestal Brasileiro e o Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural receberam recursos de descentralização para realizarem chamadas públicas e editais para contratar projetos. O termo de referência do Serviço Florestal Brasileiro foi desenvolvido juntamente com a gerência do Fundo Clima e previamente aprovado pelo Comitê Gestor em 2012. O termo de referência do Departamento de Combate à Desertificação deverá ser aprovado pelo Comitê Gestor em 2013 e selecionar, no exercício atual, até 5 (cinco) projetos, voltados para adaptação no semiárido, com prioridade para áreas susceptíveis à desertificação.

c) Por meio de contrato:

PROCESSO	INSTITUIÇÃO EXECUTORA/ PROPONENTE	VALOR REPASSADO EM 2012
02000.001975/2011-41	Fundação Getúlio Vargas	R\$ 1.864.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.864.000,00</b>

No ano de 2012, ocorreu uma contratação de projeto na modalidade contrato administrativo com a Fundação Getúlio Vargas. Entretanto, tal contratação foi precedida, no ano de 2011, de edital para seleção de projetos em que o primeiro colocado foi chamado a detalhar a proposta e apresentar a documentação específica. Uma vez realizado o processo seletivo, a Assessoria de Controle Interno e a Consultoria Jurídica do MMA julgaram conveniente a realização de um contrato por dispensa de licitação uma vez que o objeto da seleção não era passível de convênio ou outro instrumento assemelhado. Nesse sentido, o Comitê Gestor aprovou para o PAAR 2012 a previsão de orçamento para a realização do projeto previamente selecionado.

### **2.3. Recursos Orçamentários Previstos para 2013**

Considerando o orçamento previsto para o exercício de 2013, houve uma redução do montante de recursos disponíveis em relação ao PAAR 2012. Além disso, com base no que foi executado nos anos anteriores, pretende-se no PAAR 2013 priorizar a transferência de recursos a instituições executoras ou proponentes cujos projetos sejam estruturantes ou apresentem ganho em escala, ao invés de projetos isolados.

Nesse sentido, paralelamente à execução do PAAR 2012, foram desenvolvidos alguns instrumentos de transferência, como descentralizações e contratos de repasse, para a execução orçamentária do PAAR 2013. Sendo assim, uma vez aprovado o orçamento, em pouco tempo será possível efetivar a transferência. Esses instrumentos já desenvolvidos asseguram a execução dos recursos da fonte 142 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural, previstos na Lei Orçamentária Anual 2013, restando recursos para aplicação em projetos, cujos instrumentos ainda serão desenvolvidos.

Com relação aos recursos reembolsáveis, a disponibilidade é de R\$ 577.163.164,67 (quinhentos e setenta e sete milhões, cento e sessenta e três mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos). Em 2013, há previsão orçamentária de uma nova transferência de R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais).

### **3. ÁREAS, TEMAS E REGIÕES PRIORITÁRIAS**

O PAAR 2013 está separado em Áreas, que se dividem em Temas e Linhas de Projetos. Embora a maioria das Linhas de Ação tenha abrangência nacional, é possível que haja temas ou linhas de projetos com abrangência territorial específica em razão de suas particularidades.

Em 2012, foram instituídos Grupos de Trabalho para discussão/definição da aplicação dos recursos reembolsáveis e não reembolsáveis do ano de 2013. Os Grupos propuseram novos Temas e Áreas, que são descritos a seguir.

#### **3.1. Recursos Não Reembolsáveis**

Em relação aos Recursos Não Reembolsáveis, o PAAR 2013 apresenta 5 áreas, que são as mesmas do PAAR 2012, mas inclui alguns temas novos ou rearranjo dos temas já existentes.

##### **3.1.1. Área 1 – Desenvolvimento e Difusão Tecnológica**

A proposta desta Área é financiar projetos que possam melhorar as condições de vida de populações vulneráveis através de inovação ou difusão de técnicas ou tecnologias que também agreguem ganho na perspectiva ambiental para mitigação ou adaptação aos efeitos da mudança do clima. Considera-se que alguns segmentos populacionais vulneráveis são, por diversas circunstâncias, induzidos a condutas que impactam o meio ambiente. Os recursos disponibilizados visam, portanto, a reorientar tais condutas e, concomitantemente, elevar o padrão de vida destas comunidades, oferecendo a possibilidade de mitigação ou adaptação aos efeitos da mudança do clima.

Estão propostos 2 temas para a Área 1:

- Apoio à inovação e difusão de tecnologias em adaptação e mitigação aos efeitos da mudança do clima com benefício às populações vulneráveis; e
- Incentivo à eficiência energética e ao desenvolvimento e aplicação de fontes de energia de menor contribuição para produção de GEE direta ou indiretamente.

##### **3.1.2. Área 2 – Práticas Adaptativas para Desenvolvimento Sustentável do Semiárido**

A Área visa ao financiamento de projetos com ênfase no aproveitamento múltiplo dos produtos florestais e capazes de identificar e aproveitar o potencial dos biomas Caatinga e Cerrado para outras fontes de renda. Também foca a prática de restauração ecossistêmica a partir da constatação de que o bioma Caatinga - único no mundo – tem sido degradado, sobretudo no que

se refere ao solo. As áreas prioritárias são aquelas definidas no referencial de Áreas Susceptíveis à Desertificação, limites geográficos da região com acelerado processo de desertificação.

Estão propostos 2 temas para a Área 2:

- Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias para melhor convívio com o semiárido;
- Conservação e uso múltiplo integrado e sustentável dos recursos naturais e difusão de tecnologias para melhor convívio com a semiaridez.

### **3.1.3. Área 3 – Educação, Capacitação, Treinamento e Mobilização**

A Área é voltada para a formação e disseminação de conhecimento em mudança do clima. Considera-se que a informação e o conhecimento acerca das questões climáticas possam diminuir as condutas impactantes e incentivar melhores padrões de comportamento. Além disso, objetiva-se disseminar o conhecimento sobre mudanças climáticas em profissionais de diversas formações.

A Área possui 2 temas propostos:

- Campanha educacional e mobilização; e
- Capacitação e treinamento para a mudança do clima.

### **3.1.4. Área 4 – Adaptação da Sociedade e Ecossistemas**

A Área tem o foco nos impactos que as mudanças climáticas causam nos biomas brasileiros e nas populações mais vulneráveis aos efeitos das mudanças do clima. O objetivo é auxiliar comunidades vulneráveis a conviver e se adaptar a eventos extremos, bem como manter serviços ambientais que amenizem tais impactos.

Estão propostos nesta área 4 temas:

- Mapeamento de vulnerabilidades à perda de recursos naturais;
- Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias nos biomas brasileiros;
- Proteção, recomposição e conexão de áreas naturais;
- Adaptação em zona costeira.

### **3.1.5. Área 5 – Monitoramento e Avaliação**

A Área destina-se à apoiar proposta de monitoramento de emissões de GEE, bem como avaliar os avanços e dificuldades da Política Nacional sobre Mudança do Clima e seus respectivos instrumentos. Incluem-se, nesta Área, os diversos monitoramentos setoriais, bem como aquelas emissões dos diversos entes federados.

São propostos os temas:

- Sistemas de monitoramento de GEE; e
- Sistemas de monitoramento de emissões estaduais e municipais.

### **3.2. Recursos Reembolsáveis**

As áreas a seguir correspondem à aplicação dos recursos reembolsáveis, ressaltando que projetos inovadores dentro das diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor conforme os itens seguintes também podem ser financiados.

#### **3.2.1. Área 1 – Infraestrutura**

Possui um único tema:

- *Investimentos em modais de transporte e melhoria da mobilidade urbana*, cujo objetivo é apoiar projetos que contribuam para a redução da emissão de gases do efeito estufa e de poluentes locais no transporte coletivo urbano de passageiros e para a melhoria da mobilidade urbana. Sua abrangência territorial são as regiões metropolitanas.

#### **3.2.2. Área 2 – Energias Renováveis**

Possui três temas.

- *Desenvolvimento tecnológico (energias solar, eólica, hidráulica, biomassa e dos oceanos) e da cadeia produtiva para a difusão do uso de energia solar e dos oceanos*, cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento tecnológico das mencionadas formas de energia renovável e da cadeia produtiva dos setores de energia solar e dos oceanos. Sua abrangência territorial é nacional;
- *Geração e distribuição local de energia renovável*, que tem por objetivo apoiar investimentos em geração de energia eólica ou hidráulica até 1 MW, ambas apenas em

sistemas isolados, energia a partir do uso de biomassa, exceto cana-de-açúcar, da captura da radiação solar e dos oceanos;

- *Racionalização da limpeza urbana e disposição de resíduos preferencialmente com aproveitamento para geração de energia*, que tem por objetivo apoiar projetos de racionalização da limpeza urbana e disposição final de resíduos sólidos preferencialmente com aproveitamento para geração de energia, excetuando-se a incineração de resíduos sólidos urbanos. Sua abrangência territorial corresponde a 153 (cento e cinquenta e três) municípios prioritários, identificados pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, considerando cidades situadas em Regiões Metropolitanas que possuem aterro sanitário e não possuem coleta seletiva de lixo.

### **3.2.3. Área 3 – Indústria**

Possui dois temas:

- *Investimentos em fornos mais eficientes para a produção de carvão vegetal*, que tem por objetivo apoiar investimentos voltados para a melhoria da eficiência e sustentabilidade da produção de carvão vegetal. Possui abrangência territorial nacional;
- *Investimentos em máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética*, que tem por objetivo financiar a aquisição e a produção de máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética. Sua abrangência territorial é nacional.

### **3.2.4. Área 4 – Combate à Desertificação**

Possui um tema:

- *Investimentos públicos e privados em combate à desertificação* e tem por objetivo apoiar o combate à desertificação por meio de projetos de restauração e de atividades produtivas sustentáveis. Sua abrangência territorial consiste nas Áreas Susceptíveis à Desertificação inseridas periodicamente em Atlas próprio produzido pelo Ministério do Meio Ambiente. Esta linha contempla:

- i) restauração de biomas (implantação, expansão e modernização de viveiros de mudas florestais, revegetação de áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal, unidades de conservação, reservas particulares do patrimônio natural, assentamentos e terras indígenas);
- ii) atividades produtivas (frutos, fibras e madeiras nativas).

### **3.2.5. Área 5 – Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima<sup>1</sup>**

Possui um tema:

- Apoio a projetos que aumentem a sustentabilidade das cidades, melhorando sua eficiência global e reduzindo o consumo de energia e de recursos naturais. Apresenta abrangência nacional e apoia projetos de investimento em:
  - i) tratamento ou reciclagem de resíduos da construção civil;
  - ii) implantação de logística e manufatura reversa;
  - iii) eficiência energética em prédios públicos ou em iluminação pública (quando os beneficiários forem entes públicos) e implantação da cadeia produtiva de lâmpadas de LED/OLED;
  - iv) implantação de centros de inteligência de informações que contemplem diferentes sistemas integrados e que permitam a tomada de decisões e realização de ações;
  - v) cadeia produtiva de equipamentos e sistema para Smart Grid.

### **3.2.6. Área 6 – Florestas Nativas<sup>1</sup>**

A Área tem como tema:

- Apoio a projetos associados ao manejo florestal sustentável, ao plantio florestal com espécies nativas e à recomposição de cobertura vegetal com espécies nativas, incluindo à cadeia de produção, ao beneficiamento e ao consumo de produtos florestais de origem sustentável, bem como ao desenvolvimento tecnológico destas atividades. São empreendimentos apoiáveis:

---

<sup>1</sup> Aguardando Regulamentação do Conselho Monetário Nacional.



- i) manejo florestal sustentável, incluindo a elaboração do plano de manejo, de forma isolada ou associada ao projeto de exploração florestal, e os investimentos para rastreabilidade ou certificação;
- ii) plantio florestal com espécies nativas para fins de produção madeireira e não madeireira, incluindo os investimentos para rastreabilidade ou certificação;
- iii) recomposição da cobertura vegetal com espécies nativas, incluindo Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal;
- iv) apoio à cadeia produtiva de produtos madeireiros e não madeireiros de espécies nativas, incluindo as etapas anteriores e posteriores à produção florestal;
- v) desenvolvimento tecnológico em atividades associadas à cadeia produtiva, à produção e à utilização de produtos madeireiros e não madeireiros de espécies nativas;
- vi) apoio à aquisição de madeira ou produtos madeireiros de origem nativa com rastreabilidade ou certificação florestal, dentro de projetos de investimento.

A abrangência é nacional e a modalidade de seleção é apresentação de projetos ao BNDES.

### **3.2.7. Área 7 – Gestão e Serviços de Carbono<sup>1</sup>**

O tema da Área é:

- Apoio a projetos que melhorem a gestão de emissões de carbono ou que efetivamente reduzam as emissões de gases do efeito estufa. Possui abrangência nacional e a seleção é feita por meio de apresentação de projetos ao BNDES. São apoiáveis projetos de:
  - i) investimento em elaboração de inventários de emissões de gases do efeito estufa;
  - ii) projetos para medição de emissões de gases do efeito estufa e melhorias no fator de emissão corporativo, incluindo capacitação para coleta de dados;
  - iii) investimentos associados a processo de acreditação de empresas junto ao Inmetro para verificação de inventários;

---

<sup>1</sup> Aguardando Regulamentação do Conselho Monetário Nacional.

iv) projetos que efetivamente reduzam as emissões de gases do efeito estufa nos setores prioritários do Plano Setorial para Redução das Emissões da Indústria (Plano Indústria).

## 4. APLICAÇÃO

### 4.1. Modalidades de Seleção

As modalidades de seleção de projetos do Fundo Clima são de três tipos:

- a) aplicação **Dirigida** a projetos estruturantes da Política Nacional sobre Mudança do Clima, destinada a instituições com atribuições de desenvolver ações específicas que contribuam para a mitigação das emissões e adaptação aos efeitos das mudanças do clima;
- b) aplicação em projetos de **Livre Concorrência**, por meio de editais previamente divulgados e com avaliação objetiva.
- c) **apresentação de projetos** diretamente ao agente financeiro.

Todas as modalidades de seleção são para ampla divulgação e conhecimento geral. As modalidades *Dirigida* e *Livre Concorrência* são para aplicação de recursos não reembolsáveis, realizada diretamente pelo MMA, e aprovadas pelo Comitê Gestor do Fundo.

A modalidade *Apresentação de Projetos* é para aplicação de recurso reembolsável, com projetos apresentados diretamente ao agente financeiro para análise e avaliação, porém obedecendo às linhas de ação previamente definidas pelo Comitê Gestor do Fundo.

### 4.2. Formas de Execução

A execução dos recursos pode ser feita por diferentes instrumentos. Deve-se escolher o mais adequado para cada projeto, levando-se em consideração o perfil do proponente. Na tabela abaixo estão listados possíveis instrumentos de transferência dos recursos não reembolsáveis para o ano de 2013.

<b>Tipo de Execução</b>	<b>Instrumento</b>	<b>Natureza da Entidade</b>
Descentralização de crédito	Termo de Cooperação	Órgãos da Administração Pública Federal Direta e Indireta
Transferência Voluntária: Chamada Pública	Termo de Convênio	Órgãos ou Entidades da Administração Pública Estadual, Distrito Federal e Municipal. Entidades Privadas sem fins lucrativos

Contratação: Licitação, Dispensa de Licitação ou Inexigibilidades. Artigos 17, 24 e 25 da Lei 8.666/93	Contrato Administrativo	Entidades Privadas sem fins lucrativos. Empresas Privadas em geral.
Transferência Voluntária: Chamada Pública	Termo de Parceria	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
Contratação: Licitação, Dispensa de Licitação ou Inexigibilidades	Contrato de Repasse	Instituição ou Agente Financeiro Público Federal
Transferência a Organismo Internacional	Acordo de Cooperação Internacional	Agência de Cooperação Técnica

Em parceria com o Fundo Clima, o Serviço Florestal Brasileiro selecionará projetos por meio de editais de seleção referente à Área 2 – Práticas Adaptativas para desenvolvimento sustentável do semiárido – Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias para melhor convívio com o semiárido;

Em parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente, por meio de contrato de repasse com o Banco do Brasil, o Fundo Clima selecionará projetos para a Área 3 – Educação, capacitação, treinamento e mobilização – Capacitação e treinamento para a mudança do clima – Revitalização hidroambiental: capacitação para oferta de mudas e sementes e recuperação de APPs.

Em parceria com o projeto Monitoramento de Emissões do Evento Copa, está prevista uma transferência para organismo internacional que selecionará projetos por meio de edital, para a Área 5 – Monitoramento e Avaliação.

Em parceria com o Departamento de Combate à Desertificação do MMA, por meio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, o Fundo Clima apoiará projetos nas Áreas Susceptíveis à Desertificação.

## **5. PAGAMENTO AO AGENTE FINANCEIRO**

O valor previsto de R\$ 3.206.809,00 (três milhões, duzentos e seis mil, oitocentos e nove reais) para pagamento ao agente financeiro do Fundo Clima deverá ser autorizado pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme

Decreto nº 7.793, de 28 de setembro de 2012, e pelo Ministério do Meio Ambiente em função dos relatórios apresentados pelo BNDES ao MMA e devidamente aprovados.

# **ANEXOS**

**ANEXO 1**  
**QUADRO RESUMO – PAAR 2013**  
**Recursos Não Reembolsáveis**

**FUNDO CLIMA - Plano Anual de Aplicação de Recursos – 2013 – Linhas de Projetos Prioritários**  
**Recursos Não-Reembolsáveis**

<b>ÁREAS</b>	<b>TEMAS</b>	<b>TIPOS DE PROJETOS</b>	<b>DEMANDA DE RECURSOS / LIMITES</b>
<b>Área 1</b> <b>Desenvolvimento e Difusão Tecnológica</b>	Incentivo a eficiência energética e ao desenvolvimento e aplicação de fontes de energia de menor contribuição para produção de GEE direta ou indiretamente	Estratégias de adequação ambiental e energética de edificações públicas visando a redução do consumo de recursos e incentivo a etiquetagem de eficiência energética Procel/INMETRO dos prédios públicos	R\$ 300.000,00
		Apoio à implantação de bases de dados e desenvolvimento de softwares de apoio a projetos energeticamente eficientes em sistemas informatizados de amplo acesso ao cidadão	R\$ 150.000,00
<b>Área 2</b> <b>Práticas adaptativas para desenvolvimento sustentável do semi-árido</b>	Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias para melhor convívio com o semi-árido	Chamadas públicas 01, 02, 03, 04, 08, 09	R\$ 3.412.400,52
	Conservação, proteção, produção e uso múltiplo integrado e sustentável dos recursos naturais e difusão de tecnologias para melhor convívio com a semiaridez	Apoio a projetos estruturantes em núcleos de desertificação	R\$ 400.000,00
<b>Área 3</b> <b>Educação, Capacitação, Treinamento e Mobilização</b>	Capacitação e treinamento para a mudança do clima	Apoio ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climática	R\$ 500.000,00
		Apoio ao Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas	R\$ 300.000,00
		Revitalização hidroambiental: capacitação para oferta de mudas e sementes e recuperação de APPS	R\$ 4.900.000,00
<b>Área 4</b> <b>Adaptação da Sociedade e Ecossistemas</b>	Adaptação em Zona Costeira	Sistema de Coleta de Informações Oceanográfica: Fortalecimento do Programa Nacional de Bóias (PNBOIA) por meio da aquisição de boias meteorológicas oceanográficas oceânicas.	R\$ 1.540.000,00
	Mapeamento de vulnerabilidades à perda de recursos naturais	projeto de impactos das mudanças climáticas globais sobre os recursos hídricos do bioma cerrado	R\$ 705.000,00
		Aplicação de metodologias de mapeamento das vulnerabilidades à perda de biodiversidade nos biomas brasileiros	R\$ 200.000,00
	Componente Adaptação ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima	Desenvolvimento de uma Base de Fatos para o componente adaptação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima	R\$ 400.000,00
Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias nos biomas brasileiros	Chamadas públicas para cerrado, mata atlântica e amazônia	R\$ 2.000.000,00	
<b>Área 5</b> <b>Monitoramento e Avaliação</b>	Sistemas de monitoramento de Emissões estaduais e municipais	Monitoramento de emissões evento copa	R\$ 2.845.290,00
		<b>TOTAL PREVISTO PARA EXECUÇÃO IMEDIATA</b>	<b>R\$ 17.652.690,52</b>
		<b>TOTAL Projeto LOA 2013 – fonte 142</b>	<b>R\$ 20.706.000,00</b>
			R\$ 3.053.309,48



**ANEXO 2**  
**QUADRO RESUMO – PAAR 2013**  
**Recursos Reembolsáveis**

**FUNDO CLIMA - Plano Anual de Aplicação de Recursos - 2013**  
**Recursos Reembolsáveis - Fevereiro de 2013**

ÁREAS	TEMAS	REGIÕES	MODALIDADES DE SELEÇÃO
Área 1 Mitigação: Infraestrutura	Investimentos em modais de transporte e melhoria da mobilidade urbana	Regiões Metropolitanas	Apresentação de projetos ao BNDES
Área 2 Mitigação: Energias Renováveis	Desenvolvimento tecnológico (energia solar, eólica, biomassa e dos oceanos) e da cadeia produtiva para difusão do uso de energia solar e dos oceanos	Nacional	Apresentação de projetos ao BNDES
	Geração e distribuição local de energia renovável (eólica, somente em sistemas isolados, solar, biomassa, exceto bagaço da cana-de-açúcar, e oceanos)	Nacional	Apresentação de projetos ao BNDES
	Racionalização da limpeza urbana e disposição de resíduos, com aproveitamento para geração de energia	153 cidades de Regiões Metropolitanas	Apresentação de projetos ao BNDES
Área 3 Mitigação: Indústria	Investimentos em fornos mais eficientes para a produção de carvão vegetal	Nacional	Apresentação de projetos ao BNDES
	Investimentos em máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética	Nacional	Apresentação de projetos ao BNDES
Área 4 Adaptação: Combate à Desertificação	Investimentos públicos e privados em combate à desertificação	Áreas Susceptíveis à Desertificação (Atlas MMA)	Apresentação de projetos ao BNDES
Área 5 Mitigação: Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima	Apoio a projetos que aumentem a sustentabilidade das cidades, melhorando sua eficiência global e reduzindo o consumo de energia e de recursos naturais	Nacional	Apresentação de projetos ao BNDES ou chamada pública de projetos
Área 6 Mitigação: Florestas Nativas	Apoio a projetos associados ao manejo florestal sustentável, ao plantio florestal com espécies nativas e à recomposição de cobertura vegetal com espécies nativas, incluindo à cadeia de produção, ao beneficiamento e ao consumo de produtos florestais de origem sustentável, bem como ao desenvolvimento tecnológico destas atividades	Nacional	Apresentação de projetos ao BNDES
Área 7 Mitigação: Gestão e Serviços de Carbono	Apoio a projetos que melhorem a gestão de emissões de carbono ou que efetivamente reduzam as emissões de gases do efeito estufa	Nacional	Apresentação de projetos ao BNDES
ORÇAMENTO 2013			R\$ 360.000.000,00
SALDO ORÇAMENTO 2011 E 2012			R\$ 577.163.164,67
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 937.163.164,67</b>

Aguardando regulamentação

**ANEXO 3**  
**RESULTADO DA OPERAÇÃO CONJUNTA ENTRE**  
**FNDF E FNMC**

# RESULTADO DA OPERAÇÃO CONJUNTA ENTRE FNDF E FNMC

## Chamadas Públicas

Na operação conjunta foram realizadas 6 Chamadas Públicas:

Chamada	Objeto	Bioma
1 e 8	Assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar	Caatinga
2	Apoio à formação profissionalizante para o fortalecimento do manejo florestal de uso múltiplo da Caatinga	Caatinga
3	Capacitação de técnicos e extensionistas para o fortalecimento do manejo florestal de uso múltiplo da Caatinga	Caatinga
4 e 9	Assistência técnica para a promoção do uso sustentável de recursos florestais da Caatinga em pólos industriais	Caatinga

**Tabela 1: Chamadas de Projetos realizadas em 2012 no âmbito da parceria.**

Como resultado das chamadas, serão contratados 62 projetos por meio de quatro pregões eletrônicos. O valor máximo previsto é de R\$ 7,4 milhões disponibilizados pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

### Lista dos projetos

Cham.	Projetos/Beneficiários	Localização	Vigência do contrato	Valor	Instituição executora
Cham. 1 e 8	Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Bentos	Florânia/RN	36 meses	Valor de referência do Pregão (item 1): R\$ 1.317.245,00 Valor de referência do Pregão (item 2): R\$ 1.136.800,00	Em contratação
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Livramento I	Florânia/RN			
	Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Saco Grande II	Jucurutu/RN			
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Livramento II	Florânia/RN			
	Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Pau d'Arco	Florânia/RN			
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Santa Adélia	Florânia/RN			
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Marias Preta	Florânia/RN			
	Associação do Assentamento Atrás dos Morros	Granja/CE			
	Assentamento Altinho Primeiro de Janeiro	Morrinhos/CE			
	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Pocinhos	Forquilha/CE			
	Associação dos Trabalhadores Rurais Amigos do Riacho dos Bois	Florânia/RN			
	Associação de Pequenos Produtores Rurais do Saco Grande	Jucurutu/RN			
	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Pajé-Rajada II	Sobral/CE			
	Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento de Buri	Marco/Senador Sá/CE			

Cham.	Projetos/Beneficiários	Localização	Vigência do contrato	Valor	Instituição executora
	Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Capim Açú	Florânia/RN			
	Associação Comunitária de Rancho Alegre	Santana do Acaraú/CE			
	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento São José	Tianguá/CE			
	Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Barrocas	Florânia/RN			
	Assentamento dos Agricultores de Palmares	Quixada/CE			
	Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais do Assentamento Casinhas	Sobral/Santana do Acaraú/CE			
	Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Sítio Pau de Leite I	Janduís/RN			
	Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Fazenda Santa Clara	Caraúbas/RN			
	Associação Comunitária do Sítio São José	Caraúbas/RN			
	Associação do Projeto de Assentamento Santa Agostinha	Caraúbas/RN			
	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Iracema	Quixada/CE			
	Associação Comunitária dos Moradores de Aracaju	Quixada/CE			
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Monte Castelo	Choro/CE			
	Associação do Assentamento Tabuleiro Grande	Apodi/RN			
	Associação dos Posseiros do Projeto de Assentamento Aurora da Serra	Apodi/RN			
	Associação dos Produtores e Produtoras do Projeto de Assentamento Caiçara	Apodi/RN			
	Associação dos Posseiros do Projeto de Assentamento Sítios do Góis	Apodi/RN			
	Associação dos Posseiros do Projeto de Assentamento Moaci Lucena	Apodi/RN			
Cham. 2	Instituto de Educação, Pesquisa, Ciência e Cultura – IEDUCARE	Sobral/CE	15 meses	Valor de referência do Pregão: R\$ 1.196.508,02	Em contratação
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, Campus Iguatu	Iguatu/CE			
	Serviço de Tecnologia Alternativa	Ibimirim/PE			
	Instituto Federal da Educação Ciência e Tecnologia, Sertão de Pernambuco – Campus Zona Rural	Petrolina/PE			
	Associação Regional da Escola Família Agrícola do Sertão	Monte Santo/BA			
	Centro Territorial de Educação Profissional de Itapetinga	Itororó/BA			
Cham. 3	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas	Ouricuri/PE	15 meses	Valor de referência do Pregão: R\$ 1.021.341,47	Em contratação
	Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe	Araripina/PE			

Cham.	Projetos/Beneficiários	Localização	Vigência do contrato	Valor	Instituição executora
	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba	Cabedelo/PB			
	Instituto de Integração e Desenvolvimento Ambiental e Social	Massapê/CE			
	Associação Regional da Escola Família Agrícola do Sertão	Monte Santo/BA			
	Centro de Capacitação e Assessoria Técnica	Sobral/CE			
Cham. 4 e 9	Cerâmica Açougue Velho Ltda	Paudálho/PE	20 meses	Valor de referência do Pregão: R\$ 2.779.706,50	Em contratação
	Josivan Araújo Dantas	Carnaúba dos Dantas/RN			
	Francisco Dantas Bezerra/Cerâmica-ME	Carnaúba dos Dantas/RN			
	Cerâmica Rio Piranhas Ltda ME	Jardim de Piranhas/RN			
	Cerâmica Tavares Ltda	Parelhas/RN			
	Francildo Francisco da Silva (INT)	Parelhas/RN			
	Cerâmica T. M. Ind. e Comércio Ltda	Apodi/RN			
	Cerâmica Marreca	Taperoá/PB			
	Cerâmica Santa Clara	Pombal/PB			
	Cerâmica Vitória LTDA	Juazeirinho/PB			
	Cerâmica N <sup>sa</sup> S <sup>ra</sup> do Desterro Ltda	Taperoá/PB			
	Cerâmica Soledade Ltda	Soledade/PB			
	Cerâmica Quipauá	Santa Luzia/PB			
	Cerâmica São Francisco	Santa Luzia/PB			
	Cerâmica São Jorge	Santa Luzia/PB			
	Cerâmica Paulino	Juazeirinho/PB			
Cerâmica Itaporanga	Itaporanga/PB				
Cerâmica da Barra	Juazeirinho/PB				

Tabela 4: Projetos selecionados em 2012

## Mapa com os projetos selecionados em 2012

